

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG 23 - Leituras sobre o Estado nacional no pensamento político brasileiro

A BUROCRACIA ADAPTADA DE ALBERTO TORRES: UM EXEMPLO ESTATAL PARA UMA SOCIEDADE MULTIRRACIAL

Autores:

Hélio Maurício Pirajá Cannone – Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ, bolsista do CNPq

Wesley Luiz de Azevedo Dias – Doutorando em Sociologia no IESP-UERJ, bolsista CAPES

1.Introdução

Este trabalho pretende analisar a interpretação de Alberto Torres sobre as relações raciais no Brasil em seu contexto intelectual de produção e como sua reflexão significou uma mudança considerável nos papéis para o Estado Nacional. Para tal intento, haverá uma maior ênfase na obra *O problema nacional brasileiro* (2002), publicado originalmente em 1914, na qual consta o capítulo “Em prol de nossas raças” onde o ponto é diretamente desenvolvido por ele. Alberto Torres difere dos demais estudiosos ao associar a formulação da nação brasileira à valorização de seu “tipo híbrido”. Com isso, o autor modifica a discussão de um ponto de simples crítica ao elemento negro na constituição do Brasil para o de percebê-lo como componente fundamental de sua originalidade. Buscaremos entender sua contribuição no debate sobre formação nacional e relações raciais no Brasil a partir de como John Pocock (2003) trabalha a distinção entre *langue e parole*.

Para realizar esta empreitada interpretativa, o trabalho irá primeiro descrever a metodologia contextualista da qual partimos. Em seguida, faremos descrição e interpretação panorâmica dos estudos sobre relações raciais que antecedem o autor, assim como aqueles com os quais ele está dialogando mais diretamente. Por fim, analisaremos a obra de Alberto Torres para demonstrar nossa hipótese de que o autor conecta a discussão sobre raça e formação nacional para indicar uma deontologia para o Estado e a Nação brasileira.

Por meio deste caminho analítico, tentaremos deixar evidente o caráter precursor de *O problema nacional brasileiro* em relação a uma chave positiva da participação do negro. Apesar do estabelecimento de uma nova lógica compreensiva nova ter sido demarcada através do fim do Regime Escravocrata, grande parte dos contemporâneos de Alberto Torres permaneciam atrelados a ideias que remetiam ao século XIX. Nesse sentido, buscaremos compreender esse espírito de valorização da constituição racial do Brasil, engendrada pela Abolição e primeiramente percebida por Torres.

2. Contextualismo linguístico: Um olhar sobre o pioneirismo de Alberto Torres

Em *The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought*, John Pocock (1981) tratou de sua abordagem da reconstituição do pensamento político como discurso. Para ele, a categoria se definiria como uma sequência de atos de fala performados por agentes em determinada estrutura social, contexto histórico e linguagem política.

Assim como Quentin Skinner, ele parte da divisão da linguagem entre locucionária, ilocucionária e perlocucionária. Por sua vez, este outro autor da célebre Escola de Cambridge, retira essa divisão da Filosofia da Linguagem de John Austin (1990). Nos três, o aspecto locucionário se aplicaria a língua empregada de acordo com as regras sintáticas para transmitir uma mensagem. Já o ilocucionário serviria para categorizar o seu uso com a intenção de transmitir determinada mensagem e ao mesmo tempo realizar uma ação. O último aspecto, o perlocucionário, se definiria pela busca a partir da linguagem de gerar determinado efeito em seu receptor. Skinner (1969) e Pocock (1981) destacam o último tipo para entender as ideias políticas como forma de intervir e transformar a realidade. Entretanto, o segundo se preocupa mais diretamente em inserir estes atos de fala dentro de seu contexto histórico mais amplo, enquanto o primeiro tende a enfatizar o autor em sua sincronia, dando ênfase maior para o intelectual em si, que costuma ser sua unidade de análise. Nos aproximando mais de John Pocock, teremos como unidade de análise deste trabalho o texto do autor enquanto discurso inserido em uma linguagem.

Para John Pocock, a ação linguística dos indivíduos parte do vocabulário disponível na estrutura do seu contexto histórico. A partir disso, a ação deles buscaria modificar essa situação em favor do agente. Em *O conceito de linguagem e o métier d'historien* (POCOCK, 2003), o autor utiliza termos da linguística para marcar que os atos de fala seriam uma *parole* inseridos em uma *langue*, que é o seu contexto. Então, a partir de John Pocock, podemos considerar o estudo dos discursos políticos como a busca de compreender o diálogo entre o autor e seus correspondentes no qual cada um deles pode explorar os recursos linguísticos disponíveis e performar atos de fala, a partir dos padrões de comunicação que lhes são impostos. (POCOCK, 1990, p. 963).

Nesta abordagem, o texto é considerado como uma estrutura formal na qual uma unidade intelectual foi imposta pelos atos de fala do seu autor, que, por sua vez, está dentro da história. (POCOCK, 1990, p. 977). No estudo que aqui pretendemos explorar, Raça é um conceito inserido em uma linguagem racista ainda hegemônica nas primeiras décadas do Século XX, perdurando até meados da década de 1940. Na longa duração, tal perspectiva está conectada a perene discussão sobre a formação Nacional do país.

Nesta empreitada, nos valeremos desta metodologia inspirada no contextualismo linguístico de J. G. A. Pocock. Isso permitirá uma abordagem dos escritos de Torres que fuja de uma hermenêutica mais redundante. Como textos de seu tempo, os escritos de Alberto Torres representaram as apropriações que seu autor teve dos fatos práticos do presente e passado. Esse tipo de abordagem histórica do pensamento social e político nos ajudará a compreender melhor como os livros se relacionam tanto com a realidade contemporânea, quanto entre si (POCOCK, 2003).

Outras influências teórico-metodológicas do trabalho são a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner. Os dois autores são tratados como aproximáveis a partir da análise de Marcelo Jasmin (2005), que os vê como complementares, já que, juntos, ajudam a pensar as dimensões diacrônicas e sincrônicas das ideias políticas. Nesta pesquisa, o primeiro autor nos permite, junto com as abordagens teóricas de Wanderley Guilherme dos Santos (1970) e Christian Lynch (2016), pensar o conceito de Nacionalismo de Alberto Torres dentro de uma duração mais ampla no tempo. Deste modo, pode-se perceber a história do conceito como referente ao que Mark Bevir (2008) chama de tradição.

A posição de Alberto Torres no hall de estudos canônicos sobre relações raciais apresenta um caráter de certo modo ambíguo. Se pensarmos no contexto da primeira edição de *O problema nacional brasileiro*, poderemos observar diversos outros autores que tem no tema da raça um de seus pontos centrais. Diferentemente destes, Torres se dedicava a uma discussão, sobretudo, política. Nesse sentido, seu uso da discussão racial, além de marcar uma evidente inflexão positiva sobre o “problema do negro”, apresentou

contornos muito mais políticos dos que os dos demais trabalhos que lidavam com essa temática sem uma abordagem política mais evidente.

O campo de análise de relações raciais se constituiu de modo mais sistematizado no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, misturando-se com o próprio processo de formação nacional. Ao longo desse período, observa-se a distensão entre diversas correntes que chocaram visões, muitas das vezes diametralmente opostas, sobre o conceito de raça e a miscigenação. Tais disputas acabariam construindo modelos e conceitos utilizados por esse campo até os dias atuais.

Essa subárea dentro das Ciências Sociais atende a certas idiossincrasias brasileiras. O continente americano foi constituído historicamente como um espaço específico no que tange o desenvolvimento de relações entre grupos étnico raciais. Sendo assim, um dos objetivos desse trabalho é demonstrar como Alberto Torres lidava com esses conceitos e como as ambiguidades criadas ao longo desse debate atingiram suas posições sobre o dilema da raça no Brasil. Esse retorno, busca demonstrar o caráter pioneiro de suas proposições em um ambiente no qual havia bastante hostilidade em relação às visões positivas do negro no país.

Uma certa literatura especializada compreende que, durante o processo de colonização, a escravidão manifestou-se como uma opção eficiente para realização da exploração local, atendendo ao modelo de produção proposto pelas metrópoles. A soma de fluxos populacionais externos com grupos autóctones acabaria criando certas particularidades nessas sociedades recentes. A dinâmica hierárquica brasileira seria formada a partir de distinções que atenderam à separação entre negros africanos, ameríndios autóctones e brancos europeus. Os marcadores iniciais dessas desigualdades seriam as posições de inserção de cada um desses grupos na formação colonial. Como se isso não bastasse, o sistema escravocrata colonial apresentava uma estrutura que tinha na hierarquia baseada no senso determinista de superioridade branca o maior pináculo de sua sustentação. Os europeus, dessa forma, ocupavam as posições mais privilegiadas em todas as esferas, desde a econômica até a política.

Essas distinções eram, em grande parte, marcantes pelos diferentes traços físicos dos grupos envolvidos em nossa colonização. No entanto, entre nós, a miscigenação teria agido de modo criptográfico sobre as fronteiras raciais no país. Não é nosso objetivo, no entanto, defender a ideia de que miscigenação é um fenômeno característico do Brasil. Como um processo formador de perfis locais, miscigenação atende a fatores muito mais gerais e antigos. Porém, é importante frisar o caráter paralelo na história brasileira de uma miscigenação generalizada que se viu concomitante à escravidão.

Uma grande parte dos equívocos que hoje compreendemos sobre raça e racismo no Brasil tem sua explicação nas tentativas constates de comparação com outras dinâmicas nacionais de raça. Isso quer dizer que as comparações, primeiramente, com a Europa e, posteriormente, com os Estados Unidos acabaram tendendo a um apaziguamento do preconceito e da discriminação nacionais. Esse é um caso que pode ser observado em diversos textos através de um certo conteúdo idílico embocado na análise do Gilberto Freyre de *Casa Grande & Senzala* (2003) ou na biografia de Joaquim Nabuco em *Minha Formação* – publicada originalmente em 1900. Ambos trabalhos demonstraram, a seu próprio modo, uma verve baseada em um suposto consenso entre o negro e o branco.

Da Europa, o Brasil absorveria, sobretudo, as ideias presentes nas teorias racialistas de autores como Francis Galton (1822-1911), Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), Arthur de Gobineau (1816-1882) ou Cesare Lombroso (1835-1909). Esses referenciais corresponderam à corrente posteriormente conhecida como racialismo científico. Tal discurso se diferenciava pela defesa de uma forte hierarquia biológica entre negros e brancos. Apesar de cada um desses autores possuírem abordagens bastante próprias sobre essa distinção, seu determinismo biológico seria responsável por uma das bases mais sólidas para sustentação do regime de escravidão colonial. O contexto do século XIX é dominado por essa literatura. Esse tipo de argumento serviria também para sustentar a política de colonização europeia durante um extenso período. Dessa preocupação, resultaram uma série de derivações, desde a frenologia, com suas arbitrarias medições cranianas, até textos filosóficos sobre a inferioridade de africanos, índios americanos, indianos,

orientais ou aborígenes. Nesse sentido, compreendemos que certas tendências do trabalho de Alberto Torres podem ser entendidas como uma ruptura precoce com os paradigmas do século XIX. Apesar dos rumos estarem indicando na entrada do século XX para ideias menos deterministas, o trabalho de Torres ainda pode ser lido como um adiantamento de certos conteúdos ainda não cristalizados, sendo um deles a posição do negro na Sociedade Brasileira.

3. Os Caminhos do Brasil: as relações raciais, o paradigma cientificista racialista do século XIX e sua sobrevivência nos XX.

De acordo com Christian Lynch (2013), existem duas correntes que marcam a tradição do pensamento político e social brasileiro. A primeira seria a cosmopolita, hegemônica entre 1880 e 1930. De caráter universalista, esta corrente estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma filosofia da história geral segundo a qual o país estava atrasado em relação à Europa, embora todos tendessem para uma mesma direção. Segundo o mesmo autor, as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente. Nas palavras de Christian Lynch:

O advento de um paradigma cultural nacionalista entre as duas guerras mundiais desencadeou no subcontinente uma mudança importante no modo de conceber o lugar dos países periféricos no mundo e de aferir a qualidade da sua produção cultural. A crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade da cultura de cada nacionalidade. Essa crítica matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria; que não havia linearidade, mas pluralidade das linhas de evolução nacional. Por outro lado, a singularidade da trajetória de cada país se refletia na especificidade de sua cultura, que ganhava também, ao menos potencialmente, o selo de “originalidade. (LYNCH, 2013, p. 745)

Na “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro”, Christian Lynch (2016) explica o que compõe o estilo periférico de redação, característico das produções nacionais. Para ele, o fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. As elites

brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro. Afirma Lynch:

Em decorrência disso, o eixo temático do PPB gira basicamente em torno do diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade Centrica. (LYNCH, 2016, p. 83)

O fato de não se virem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época na qual teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento”. (LYNCH, 2016, p. 85)

O estilo periférico também se caracterizaria pelo que o autor nomeia de “pedagogismo” (LYNCH, 2016, p. 86). Isso significa que estes autores acreditariam ser imprescindível educar as elites e as massas na cultura necessária para a vida social e para a transformação política almejadas. Conseqüentemente, é comum aos textos do pensamento político brasileiro a intenção de influenciar o processo político:

No fundo, todas ou quase todas as obras canônicas do PPB pretenderam influenciar o processo político. Refletiram o dilema insolúvel da ciência política: ser entendida como uma disciplina aplicada, voltada para a resolução de determinados fins práticos, ou uma disciplina pura, que descrevesse o fenômeno político independentemente de comprometimento com valores (Gunnell, 1993, p. 5). O que as distingue a esse respeito, portanto, é uma questão de grau: algumas se acharam mais voltadas para a intervenção do que outras, que se detiveram mais na descrição da realidade. Por esse motivo, apenas em sentido aproximado será possível aqui classificar as principais obras do PPB como

mais normativas ou pragmáticas do que desinteressadas ou científicas. (LYNCH, 2016, p. 87)

É nessa toada que as disputas sobre o conceito de raça se introduzem no debate brasileiro. Etimologicamente, a ideia de raça possuía uma ligação estreita com a ideia de nação e povo. A gênese do termo raça remete ao período histórico clássico, mas adquire seus conteúdos contemporâneos na modernidade, propagando-se paralelamente à escravidão do negro. Primeiramente, utilizada como uma terminologia que diferenciava nações ou culturas, essa categoria ganhou uma valoração biológica que coincidiu com o processo de expansão da cultura, tradição e sistema jurídico europeus. Esses discursos iniciam sua investida já no século XVII e tem seu ápice no nascimento de uma certa discussão pangermânica. A ideia de reunir um povo tido como cultural e biologicamente coesos dominou as teorias europeias na Modernidade, ganhando sobrevida até o século XX. Sendo assim, podemos observar a sobrevida da diferenciação biológica entre os grupos raciais.

A conexão entre características culturais e fenotípicas dos europeus com o discurso de superioridade dessa “raça” cairia como um bálsamo sobre a natureza brutal e injusta da escravidão negra na Modernidade. No entanto, uma vez extinto, o Regime Escravocrata Colonial, endossado durante o Império, o discurso sobre raça precisaria atender a uma nova constituição social, onde o negro teria de ser visto como parte constituinte da comunidade e da unidade nacional. Sendo assim, ao argumento de primazia branca europeia se somaria uma nova preocupação com a formação do povo e da nação. O intenso processo de miscigenação e os grandes contingentes distintos da época criaram o pano de fundo do desenvolvimento dessas discussões no país.

As preocupações da virada do século XIX para o XX tiveram uma relação muito mais estreita com a noção de inferioridade do negro e como isso representaria um empecilho na formação de uma população civilizada, equilibrada e dada à intelectualidade. Os argumentos que demonstravam a instabilidade dos mestiços e sua degradação em relação às raças originais acabaram sendo modos de desqualificação do perfil da população brasileira, com grandes contingentes mulatos e caboclos.

Autores como o já citado, Joaquim Nabuco, assim como, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Silvio Romero e Manoel Bomfim apresentaram inquietudes quanto com a criação de uma nação que atendesse aos padrões de cultura “uniforme” dos povos europeus toma formas e argumentos distintos. Alguns acreditam que é imperativo que os negros sejam assimilados e uma população branca seja formada, outros enxergaram, na mistura constante, um perigo muito grave para a estabilidade. Há ainda aqueles que veem na criação dos tipos híbridos brasileiros a própria receita para a construção de uma nação bem-sucedida.

O debate foi ficando cada vez mais complexo. Além de divergirem sobre quais rumos o Brasil deve tomar para se tornar uma nação vista como civilizada, os autores não concordavam nem quanto aos conteúdos fixos do conceito de raça. Essa ideia adotava um formato histórico, como no Nabuco de *O Abolicionismo* (2003)¹, ou uma tendência ao poligenismo, como no Silvio Romero de *A história da literatura brasileira* (1888)², onde este admitia a predeterminação histórica da raça pelo meio de origem. Nina Rodrigues também foi outro autor que pode ser identificado como um dos herdeiros da tradição determinista de raça, que concebe estudos baseados em supostas diferenças genéticas e naturais entre grupos que devido a condições preexistentes à vida social estão localizadas em determinada posição (RODRIGUES, 1938)³. Outros exemplos são a possível instabilidade gerada pelos cruzamentos raciais e a necessidade de seu monitoramento tão presente no pensamento de Manoel Bomfim (BOMFIM, 1997)⁴. Ou a tentativa de Gilberto Freyre de entender o vínculo entre raça e cultura que acabaria culminando em uma visão positiva da mestiçagem no Brasil (FREYRE, 1987).

As discordâncias quanto ao valor das características do povo brasileiro, as ambiguidades de um abolicionismo intelectual, as supostas incompatibilidades entre o perfil miscigenado do país e o desenvolvimento de uma ideia de civilização ou mesmo o biologismo importado de correntes teóricas

¹ Texto originalmente publicado em 1881

² Texto originalmente publicado em 1888

³ Texto originalmente publicado em 1894

⁴ Texto originalmente publicado em 1929

externas foram algumas das características que determinaram o desenvolvimento do campo de estudos de relações raciais.

A multiplicidade de leituras negativas sobre a constituição racial brasileira no do pensamento social e político brasileiros pode ser dada em grande medida pelo que Alberto Guerreiro Ramos chamou nos anos 1950 de “sociologia enlatada” ou “consular”, responsável pelo transplante de referências e visões estranhas à cultura e sociedade que foram formadas aqui (RAMOS, 1995). Essa projeção automática de tipos estrangeiros talvez seja um dos protagonistas nas compreensões eufêmicas das desigualdades raciais e suas derivações.

O trabalho sociológico não vinculado à vida coletiva particular do Brasil teria sido um dos grandes erros nesses estudos iniciais. Essa crítica ultrapassa as fronteiras da área de relações raciais e atinge toda a área de Ciências Sociais. No cerne do pensamento do autor sobre o desenvolvimento do pensamento científico nacional, podemos identificar uma denúncia das incompatibilidades que esses métodos transplantados teriam em relação às soluções dos problemas sociais locais. Isso se deve à natureza específica dos dilemas encontrados na sociedade brasileira (RAMOS, 1995).

Guerreiro Ramos conviveu contemporaneamente com estudos produzidos através da introdução do maior projeto científico da história das Ciências Sociais brasileiras. Na década de 1950, bem após a publicação de *O Problema Nacional Brasileiro* de Alberto Torres, foi realizado, no Brasil, um amplo esforço científico subsidiado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Esse projeto teve como principal objetivo compreender como as relações raciais se davam no Brasil. Tal curiosidade derivou diretamente da intensificação de discursos nacionais sobre raça que culminaram nos horrores da Segunda Guerra Mundial por meio do racismo da doutrina Nazista alemã.

A importação literal das referências exógenas, sem qualquer ajuste que vise uma maior efetividade nas interpretações sobre o Brasil, pode ser lida como um dos fatores principais na amenização do padrão de relações raciais dentro do Projeto UNESCO. Essa leitura pode ser utilizada para compreender a entrada dos pesquisadores brasileiros nessa iniciativa. No caso dos pesquisadores estrangeiros que vieram na esteira do projeto, o dilema da

transplantação literal foi ainda mais evidente, pois podemos observar o constante assombro frente às dinâmicas raciais locais.

Disputas internas sobre os rumos que o projeto deveria tomar, levaram a distinções nos resultados e inferências sobre o tema. Perceber que *O Problema Nacional Brasileiro* correspondeu a um ponto de virada que só seria totalmente firmado a partir dos anos 1950, quando os estudos da UNESCO chegavam gradualmente à conclusão de que, no Brasil, realmente existia racismo. Dessa forma, toda uma tradição de leitura do negro na sociedade brasileira pode ser melhor rebatida. Podemos notar também que ao longo do tempo, apesar de uma mudança na retórica, muitas interpretações do Brasil ainda dialogavam com o “problema do negro”. Autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral⁵ produziram obras com tais conteúdos até meados dos anos 1940. Nesse sentido, a leitura de Alberto Torres demonstra um caráter *avant la lettre* muito evidente.

Em 1914, ano em que Alberto Torres publica seu texto, a Primeira Grande Guerra eclode frente às disputas imperialistas. A batalha política pelo direito sobre territórios vinha acompanhada de discursos civilizatórios que tinha como um de seus objetivos a disputa e posterior legitimação do domínio europeu sobre o continente Africano. Com o conceito de raça se misturando cada vez mais com o de cultura, essas nações viam-se como incumbidas de levar a civilização à barbárie. No entanto, a narrativa salvadora apenas escamoteava os verdadeiros interesses econômicos das tradicionais potências europeias.

No entre guerras esperava-se que uma ordem mundial mais igualitária emergisse, a Liga das Nações é desenhada de modo que apenas os países mais desenvolvidos pudessem guiá-la. Nesse contexto, o Brasil abandona o grupo, atitude que pode ter sido um dos primeiros sinais da ineficiência dessa organização como Assembleia de decisão internacional.

⁵ Gilberto Freyre assumiu um papel de inflexão no modo de valorar a questão racial brasileira com a publicação de *Casa Grande & Senzala* em 1933. Alberto Torres explora uma valorização da miscigenação no país bem antes dessa inflexão. No entanto, alguns autores permaneceram utilizando referenciais deterministas até meados dos anos de 1940. Oliveira Viana e Azevedo Amaral foram dois desses. Mesmo abandonando a retórica propriamente racista, a semântica do conceito e o ponto de partida continuavam flertando com o darwinismo social. O fato de terem nascido ainda no século XIX pode ser utilizado como fator explicativo para esse flerte, no entanto, o próprio Alberto Torres nasce no ano de 1865, 15 anos antes de Azevedo Amaral e 16 antes de Oliveira Viana.

A conveniência parece ser, na maioria das vezes, o norteador da disputa sobre o que era raça. Ou seja, as diferenças em suas concepções ao aproximarem-se ou afastarem-se das noções de cultura, etnia, nacionalidade ou taxonomia humana variam conforme as contingências. Em momentos onde as distinções biológicas são necessárias ou interessantes, ela fica em evidência, quando a preocupação é com os rumos de uma nação que se pretende “saudável” e “próspera”, a nacionalidade surge como elemento ligado de forma estreita com raça. A cultura apresenta a estética propícia para um discurso civilizatório. A etnia, sendo, uma concatenação dos outros, acaba sendo citada de modo mais ambíguo ao longo dos autores.

4. O problema nacional brasileiro e o “elogio de nossa raça” por Alberto Torres

Logo na introdução de *O problema nacional brasileiro* (2002), Alberto Torres já afirma a necessidade de um olhar prático e baseado em fatos para o Brasil. Também é alvo de crítica do autor os estudos sociais e políticos feitos em sua época: eles partiriam de dados e análises que não seriam condizentes com a vida social brasileira, mas com a de sociedades e civilizações mais velhas do que o seu país. Alberto Torres deu motor à crítica do transplante depois desenvolvida por Oliveira Viana.

Na parte do livro de Torres intitulada “Senso, consciência e caráter nacional”, o autor faz uma narrativa sobre o surgimento da Nação. Para ele:

O espírito da “nação” forma-se, assim, como um sentido coletivo de proteção, de amparo, de assistência e de socorro, práticos e efetivos, contra riscos conhecidos e experimentados, entre homens e famílias que vivem juntos, tendo interesses comuns, e sabendo da existência de outros grupos, com os mesmos caracteres, e ligados pelos mesmos interesses, contrários, ou alheios, aos dos seus, e prontos a sacrificá-los, a bem da gente de seu sangue. (TORRES, 2002,p. 30)

A partir deste pressuposto geral, o autor percebeu a Nação brasileira como a associação de indivíduos que a habitam e que são protegidos pelos órgãos políticos que constituem o seu Estado. Eles formariam um país na medida em que enxergassem entre si uma continuidade histórica e de heranças

culturais. A partir da analogia com a função de Deus em uma esfera religiosa, o autor defende a necessidade da existência do Estado para organizar a vida nacional:

Na vida espiritual, o homem comunica a sua relação com a realidade divina, pelo nexos da fé, na esfera da consciência individual; o século e o mundo, o tempo e o espaço, ao alcance da relatividade da sua vida objetiva, ficaram entregues à única força e única autoridade efetiva e prática sobre seu arbítrio e sobre sua responsabilidade: o Estado, órgão da nação. (TORRES, 2002, p. 48)

Para Alberto Torres, o problema não estaria na formação do Estado no Brasil, mas na ausência de consciência nacional necessária para dar organicidade para a comunidade política. Para o autor, os países que passaram por colonização não teriam formado artificialmente a sua nação. Isto faria com que no Brasil a nação se confundisse com a vida da população, sendo algo intuitivo e não pensado. Um dos problemas mais graves da ausência de consciência nacional seria o transplante mecânico de ideias estrangeiras, indesejáveis porque as nacionalidades europeias e dos EUA estavam em estágios diferentes, tornando-as culturalmente incompatíveis com a brasileira. Expressão disto seria a forma como a questão racial viria sendo tratada no país, tema ao qual o autor dedica toda uma parte do livro.

Torres entende que nenhuma nação apresenta uma única raça homogênea. Para ele, o meio social definiria mais do que fatores biológicos e o Brasil deveria agregar as diferenças étnicas sem hierarquizá-las:

Brasileiros, o nosso afeto patriótico deve abranger, numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, de alemães, de todos os outros povos, que formam a nossa nação. Fora destes, não temos que reconhecer senão homens, senão semelhantes, seres da mesma natureza e do mesmo espírito, para quem o nosso país teve sempre abertas, com urbanidade e franqueza talvez inigualadas, e com vivos transportes de hospitalidade, casas e almas. (TORRES, 2002, p. 35)

O capítulo que trata da questão racial começa com o elogio das características do povo brasileiro. Isto porque, para Torres, o seu povo exageraria os próprios males. Influenciado pelas ideias vindas dos jornais de Paris, o Brasil transformaria o diagnóstico das incompatibilidades em desânimo com suas características locais, incluindo as raças que habitavam o território. Alberto Torres não acreditava na teoria da superioridade das raças brancas, fazendo referência, inclusive, ao antropólogo relativista Franz Boas para enfatizar que o ambiente pesaria mais que a raça para o desenvolvimento de uma cultura. A raça não teria nada a ver com a civilização, segundo este autor.

Apesar de ser um país com maioria populacional que não era do tipo europeu branco, o Brasil reproduziria ideias decadentes sobre a inferioridade dos negros. Na visão de Alberto Torres, as raças existentes no país seriam as mais adaptadas ao clima e à geografia brasileira. O colono alemão teria prosperado no Brasil apenas porque os lugares que colonizou eram próprios para o seu tipo físico. O autor concluiu então que a desigualdade entre raças no Brasil teria origem em questões que não são biológicas, como ausência de educação, escassez de alimentos e de moradia. Ele advoga: “A posição relativa, a hierarquia das raças, nas diversas épocas, é um simples fenômeno da evolução social; não é um fato anatômico, nem fisiológico: eis a conclusão deste trecho”. (TORRES, 2002, p. 72)

Este tipo de problema, para o autor, não teria a ver com problemas individuais, mas sim nacionais. Era pressuposto de Torres que a sociedade moldaria o indivíduo, no entanto, o Brasil não teria formado a consciência nacional necessária para o seu povo ser capaz de formar juízos sobre si e sobre os fatos que lhe envolve, o impedindo de avançar na direção do progresso. Escreve o autor:

O caráter nacional, a formar, entre nós, não é o caráter dramático, das obras de regeneração, nem um rígido caráter punitivo; mas um caráter consciente e sereno, capaz da sinceridade de reconhecer, sobre o espelho das nossas flagrantes realidades, que não sabíamos nada das coisas da nossa terra, e que temos vivido a pretender executar, sobre este solo único, um repertório de teorias exóticas. Tendo caminhado para o oceano, precisamos regressar ao centro: voamos, abandonando a terra, que implorava os nossos cuidados.

Quisemos formar cabeça, antes de possuir um corpo, plantamos sementes importadas, e ainda não sabemos produzir sementes; importamos e cultivamos frutos alheios, abandonando os frutos do nosso clima. (TORRES, 2002, p. 64-65)

Configurado este movimento, o Brasil teria uma soberania real, um espírito nacional prático que iria coordenar os interesses comuns daqueles que habitavam o território. A separação entre política e sociedade foi vista por Alberto Torres como fenômeno comum de sua época, a ser superado. Para ele, um dos principais problemas da indústria estaria no excesso de deslocamento das massas rurais para as grandes cidades, gerando, progressivamente, superpovoamento em algumas regiões e abandono de outras. Porém, a crítica de Torres para chegar a esta conclusão não o afasta tanto dos seus sucessores, pois o autor não defende um lugar dependente para a economia brasileira. Para ele, a desvantagem de exportação para mercados externos esgotaria os recursos naturais para gerar produtos de interesse secundário nos mercados internacionais.

Embora a economia tenha papel preponderante, para que as mudanças nesta esfera sejam realizadas, mutações no âmbito das ideias também se fariam necessárias. O fato da mentalidade brasileira copiar teorias e concepções que não seriam autóctones impediria que a “vida prática” (TORRES, 2002, p. 124) nacional se guiasse para os seus próprios interesses. Daí, Alberto Torres extraiu a sua tese da necessidade de formar uma consciência nacional brasileira. Ela deveria permitir que os habitantes do país se entendessem como tal, passando então a ver o Brasil por suas próprias lentes e não pela de terceiros.

Na parte final da obra, intitulada “Nacionalismo”, o autor critica as teorias estrangeiras de Rousseau e Marx como idealistas e mecânicas, na medida em que veem determinada direção para a vida social dos povos. Para Torres estas teorias seriam desvinculadas da prática e da realidade social tal como ela se apresentava. Ao contrário de se deixar influir pelas concepções exógenas, o Brasil precisaria de uma política nacional que percebesse o Estado como ator primordial para o seu progresso:

Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação

nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político administrativo, com seus vários órgãos. (TORRES, 2002, p. 143)

Porém, a concepção de Estado necessária para o autor possuía características distintas. O Estado liberal, advogado por muitos à época de Torres, seria mera substituição o despotismo das autoridades centrais pelo dos indivíduos. Também seria erro de sua versão liberal entregar a economia nacional aos interesses do capital especulativo estrangeiro. Para resolver os problemas do Brasil seria preciso um Estado que se guiasse pela necessidade de uma política nacional, definida pelo autor como:

A política nacional de um povo se pode definir como a atividade espontânea da sociedade, na defesa do seu caráter e da sua economia: no preparo nutritivo do seu desenvolvimento material, e no educativo do seu espírito. Esta política resulta, em geral, de um instinto da própria nacionalidade, isto é, de um certo número de hábitos, gravados hereditariamente nos organismos, transmitidos pela tradição, que conservam o vínculo do interesse coletivo, a consciência dos perigos comuns, o senso do auxílio mútuo, da solidariedade e da cooperação, fixados, por experiência secular, entre indivíduos relativamente semelhantes, habitando a mesma terra. (TORRES, 2002, p. 159 e 160).

Segundo Alberto Torres, afirmar a nacionalidade com o intuito de ser tornar o país autônomo seria um movimento mundial ao qual o Brasil estaria na contramão. Apesar de crítico do transplante mecânico de ideias que tiveram seu desenvolvimento em outras civilizações, ele defendia a imitação do procedimento geral adotado pelas nações consideradas avançadas como meio de atingir o progresso. No entanto, mesmo essa ambiguidade argumentativa não retira a o teor inovador de seu trabalho. Ao trabalhar o tema racial em paralelo à construção do Estado Nacional, o autor demonstrou não só uma capacidade de pensar o negro fora da chave da biologia, mas viabilizou sua existência frente a uma burocracia de estado negra admissível.

Ao destacarmos o caráter do autor como o de um teórico *avant la lettre*, estamos destacando não somente seu pioneirismo no próprio contexto linguístico, mas também destacamos a inexistência de outros “Albertos Torres” mais de vinte anos após seu trabalho. Mesmo Oliveira Viana, que pode ser

considerado um de seus principais herdeiros, flerta, pontualmente, em *Raça e Assimilação*, com a ideia de correção racial da população. Azevedo Amaral, por sua vez, publicaria *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* em 1942. Nesta obra, além do elogio ao Estado Novo, fica implícita a crítica à presença do mestiço na estrutura burocrática do estado, tendo esse gerado diversos dos maus hábitos imputados ao funcionalismo público.

Mesmo envolvido em um contexto linguístico no qual não havia atos de fala, *parole*, voltados para introdução de uma visão positiva do negro e o mestiço ou uma linguagem compartilhada pela comunidade, *langue*, que desse subsídios extensos o bastante para sua exploração do elogio ao povo brasileiro. Em seu cenário contemporâneo, Alberto Torres surgiu como o primeiro a perceber a futilidade da inferiorização discursiva do negro. Nesse sentido, além de ir contra as vertentes habituais da discussão da época, o autor forneceu o primeiro impulso de valorização da mestiçagem no Brasil.

5. Considerações Finais

O maior perigo à análise que apresentamos foi o de essencializar a figura de Alberto Torres a partir de um único trabalho. Como dito, nosso objetivo foi um vislumbre de *O problema nacional brasileiro* a partir de um contexto linguístico no qual seu tipo de interpretação do Brasil não era usual. Dessa forma, algumas características mais gerais de sua produção acabaram ficando de fora da nossa reflexão. No entanto, pudemos perceber certos aspectos de sua abordagem inovadora em relação à questão racial da nação. A metodologia de abordagem contextualista permitiu que nossos esforços fossem direcionados no sentido de uma contemplação dessa perspectiva inovadora presente no livro.

Esses elementos viabilizaram o lançamento desse tipo de olhar para obra. Primeiramente, pudemos perceber o rompimento de Alberto Torres, em *O problema nacional brasileiro*, com os paradigmas típicos dos estudos sobre raça no início do século XX. Em segundo lugar, captamos o fato de que certas afirmações do autor nessa obra, além de não compartilhadas por muitos textos em seu contexto de publicação, seriam contrapostas a produções publicadas bem posteriormente. Um último elemento interessante sobre o pioneirismo

argumentativo sobre raça presente no livro é a sua articulação dessa questão com os dilemas políticos presentes na questão da formação da nacionalidade

Sobre a chave interpretativa da nação, Alberto Torres apresenta em seu livro o que Alberto Guerreiro Ramos reivindica como uma posição adequada à realidade local, sem a transplantação de um referencial estrangeiro que desembocasse na desqualificação de sua população negra ou mestiça. A emergência da ordem social como grande causadora das clivagens e desigualdades pode ser vista como um dos primeiros indícios do que hoje se entende como consenso sobre as injustiças sociais no Brasil. *A obra O problema nacional brasileiro* foi, sem dúvida, um marco na discussão sobre a nossa formação e com seus recursos adequados à tarefa de interpretação específica para história do país, permitiu o primeiro vislumbre positivo de um enorme grupo social, anteriormente, relegado à apatia ou ao ódio na produção do pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Arte médicas, 1990.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory*. A conceptual approach. Oxford: Clarendon Press, 2006.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1997[1929].

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1953

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global. 2007

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global. 2003[1931].

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1995[1957]

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e Antirracismo*. São Paulo: Editora 34, 1999

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares". In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, vol. 20, n. 87, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, p. 75-119, jan.-abr. 2016.

_____. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-766, 2013.

POCOCK, John Greville Agard. The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought. *Comparative literature*, v. 96, n. 5, p. 959-980, dez. 1981.

_____. O conceito de linguagem e o métier d'historien. In: _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7, 1970.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal. 2003[1881].

NINA-RODRIGUES, Raimundo, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1938[1894].

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 2007[1954].

PIERSON, Donald.. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1945

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphia. 2001[1934].

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, 2006.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio 1888

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2015

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2003

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 2002[1933].

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1938[1932].

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO. 1951